

Abril-10 de Junho de 2002 — assessora da direcção do Departamento do Ensino Secundário;
 Julho de 2001-Abril de 2002 — adjunta do Secretário de Estado da Administração Educativa;
 Março-Julho de 2001 — assessora do Gabinete da Secretária de Estado da Educação;
 Setembro de 1997-Fevereiro de 2001 — coordenadora da assessoria de orientação e aproximação à vida activa do Departamento do Ensino Secundário e do Centro Nacional de Recursos para a Orientação, integrado na rede europeia de centros de recursos para a orientação;
 Dezembro de 1996-Agosto de 1997 — assessora técnica da direcção do Departamento do Ensino Secundário;
 Maio de 1993-Novembro de 1996 — técnica superior do Núcleo de Apoio Técnico do Departamento do Ensino Secundário;
 Julho de 1991-Abril de 1993 — técnica superior do Núcleo de Estudos e Avaliação do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional;
 Junho de 1990-Junho de 1991 — estagiária no programa «Educação para todos — Escolarização secundária total ano 2000».

Participação em grupos de trabalho:

Setembro de 2003-Abril de 2005 — representante do Ministério da Educação e vice-presidente da Comissão Sectorial de Ensino, no âmbito do Sistema Português de Qualidade;
 Janeiro-Abril de 2003 — representante do Ministério da Educação no grupo de trabalho encarregue da revisão do diploma legal que criou o Programa Integrado de Educação e Formação no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;
 Julho de 2002-Julho de 2004 — representante do Ministério da Educação no Conselho Geral do Instituto de Formação Turística;
 Outubro de 2000-Fevereiro de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento do Programa 15-18;
 Julho de 1997-Fevereiro de 2001 — representante do Departamento do Ensino Secundário no Conselho de Acompanhamento dos Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial;
 Março de 1997-Fevereiro de 2001 — representante do Ministério da Educação na Comissão Nacional de Aprendizagem e na Comissão Interministerial do Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa.

Publicações:

«Inserção profissional dos primeiros diplomados pelas escolas profissionais», relatório-síntese (co-autoria);
 «Escolas profissionais: inserção profissional dos diplomados em 1993», relatório final (co-autoria);
 Relatório nacional do exame temático da OCDE «Transição da formação inicial para a vida activa» (elemento da equipa redactorial);
 Coordenação da produção dos vols. III e IV da série *Profissões: Guia de Caracterização Profissional*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 11 176/2005 (2.ª série). — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo presente o disposto nos artigos 169.º, n.ºs 2 e 5, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, e 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego, com faculdade de subdelegação, nos directores dos serviços das Direcções Regionais de Viação do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, respectivamente licenciados José Maurício Carneiro Travassos, Fernando Manuel Almeida Coragem, Luís Ferreira Teixeira, Emílio Agostinho Vasconcelos e Fernando Manuel dos Prazeres Mateus, as seguintes competências:

- Intruir os processos de contra-ordenação por infracções ao Código da Estrada e legislação complementar;
- Proferir decisões, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, bem como condenação em custas, nos processos de contra-ordenação cuja decisão caiba ao director-geral de Viação, de acordo com as orientações gerais produzidas;

- Promover a execução das sanções aplicadas;
- Executar os deveres previstos no artigo 141.º do Código da Estrada.

2 — Delego ainda nos dirigentes acima indicados, para as matérias respeitantes às actividades que superintendem, a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos, salvo nos seguintes casos:

- Quando dirigido a órgãos de soberania e aos dirigentes máximos dos organismos;
- Quando dirigidos a gabinetes de departamentos ministeriais e directores-gerais ou equiparados;
- Quando envolva compromissos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — Os directores de serviços podem subdelegar nos chefes de divisão de Contra-Ordenações, nos delegados de viação e nos coordenadores dos núcleos técnicos de contra-ordenações as competências ora delegadas, sem possibilidade de nova subdelegação.

4 — Ratifico os actos praticados desde 26 de Março de 2005 no âmbito das competências ora delegadas.

29 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 11 177/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Março de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Emília do Nascimento Gonçalves Lourenço, Adélia Maria da Conceição Tavares Pinto Valério e Elsa Cristina Neves Monteiro, especialistas-adjuntas estagiárias, a exercerem funções na Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo — rescindidos, a seu pedido, os contratos de trabalho a termo certo, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho n.º 11 178/2005 (2.ª série). — 1 — Autorizado por despacho de 11 de Novembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), foi iniciado o procedimento para a selecção de candidato para o provimento do cargo de director de serviços de Administração, publicitado na bolsa de emprego público e no *Correio da Manhã* em 15 de Dezembro de 2004.

2 — Apreciado o *curriculum vitae* da única candidata, conforme nota que se publica em anexo, ficou conformada a ideia de que reúne os requisitos legais e o perfil profissional ajustados ao lugar a prover, em consonância com as atribuições e objectivos da referida unidade orgânica.

3 — Assim, nos termos do artigo 21.º, n.ºs 3, 4 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto, assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento do Ministério da Defesa Nacional, no cargo de director de serviços de Administração do IPAD.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

ANEXO

Nota relativa aos currículos académico e profissional da licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto

Currículo académico:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, nas especializações de Gestão de Recursos Humanos (1990) e Planeamento e Controlo de Gestão (1991), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
 Licenciatura em Direito (1996), pela Universidade Internacional.

Currículo profissional:

Directora de serviços de Administração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em regime de substituição,

desde 13 de Outubro de 2004, tendo a seu cargo a coordenação das actividades de gestão de recursos humanos, gestão financeira e patrimonial, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação;

Nomeada assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) do Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Dezembro de 2004;

Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa da DGPRM, tendo a seu cargo a gestão de pessoal, patrimonial, financeira e orçamental (2002-2004);

Consultora e consultora-coordenadora do Secretariado para a Modernização Administrativa (1997-2001);

Integrou a organização das jornadas administrativas e *benchmarking* em serviços públicos (1997, 1998 e 1999) e da 1.ª Conferência da Qualidade das Administrações Públicas da União Europeia, que teve lugar em Lisboa, durante a presidência portuguesa (Maio de 2000);

Integrou a delegação portuguesa no *steering group* «Best practises initiative» e na Iniciativa Comunitária de Simplificação da Legislação do Mercado Interno (SLIM);

Presidente do júri do concurso de qualidade em serviços públicos 2000 [aviso n.º 11 716 (2.ª série), *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 25 de Setembro de 2001];

Técnica superior na Direcção-Geral de Pessoal do MDN, tendo participado designadamente nos trabalhos de alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e de regulamentação dos novos regimes e incentivos à prestação do serviço militar (1991-1997);

Assegurou a representação do MDN na comissão técnica especializada de defesa, tendo em vista a certificação da formação profissional ministrada pelas Forças Armadas, e na comissão interministerial para o emprego (despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 29 de Julho de 1992);

Assessora do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, para a área orçamental (1990-1991);

Exerceu funções nas áreas de contabilidade, controlo orçamental e auditoria financeira no World Trade Center de Lisboa, S. A. (1989-1990).

Despacho n.º 11 179/2005 (2.ª série). — 1 — Autorizado por despacho de 14 de Dezembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), foi iniciado o procedimento para a selecção de candidato para o provimento do cargo de chefe da Divisão de Cooperantes da Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II, publicitado na bolsa de emprego público e no jornal *A Capital* em 27 de Dezembro de 2004.

2 — Apreciado o *curriculum vitae* da única candidata, conforme nota que se publica em anexo, ficou conformada a ideia de que reúne os requisitos legais e o perfil profissional ajustados ao lugar a prover, em consonância com as atribuições e objectivos da referida unidade orgânica.

3 — Assim, nos termos do artigo 21.º, n.ºs 3, 4 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Noémia de Sousa Pereira Marques, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, no cargo de chefe da Divisão de Cooperantes da Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II do IPAD.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

ANEXO

Nota relativa aos currículos académico e profissional da licenciada Maria Noémia de Sousa Pereira Marques

Currículo académico — licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Currículo profissional:

Chefe da Divisão de Cooperantes, em regime de substituição no IPAD, desde Outubro de 2004;

Técnica superior de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP);

Integrada no serviço de formação do INSCOOP, foi responsável pela sua coordenação no ano de 2004. Realizou acções relativas ao planeamento, desenvolvimento das actividades de projecto e das actividades técnico-pedagógicas (de 1995 a 2004);

Participação na Conferência Europeia sobre Formação para o Terceiro Sector, realizada em Helsínquia, em 1997, na qualidade de moderadora de um *workshop* do programa;

Apresentação do projecto «Escola de empresas — Centros de empreendedores» num seminário realizado no âmbito da «Semana do Emprego», em Bruxelas, em 1997;

Apresentação do tema «As cooperativas em Portugal» numa conferência realizada em Berlim, em 1998;

Responsável pela concepção, acompanhamento e execução dos projectos de candidatura aos programas do Fundo Social Europeu (1995 e 2004);

Coordenação e assessoria de diversos projectos transnacionais (1995 e 2004);

Representante do INSCOOP na comissão de acompanhamento do Programa EQUAL, no ano de 2001;

Preparação e docência do curso de formação de técnicos em desenvolvimento agrícola, realizado na cidade da Praia, em colaboração com o Ministério da Agricultura de Cabo Verde (1999);

Participação na concepção e docência do curso «Elaboração de projectos» para timorenses, em colaboração com o Departamento de Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000);

Participação num projecto de desenvolvimento rural, para o Governo de Timor Leste, em colaboração com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, com o IEFP e com a Universidade Autónoma de Lisboa (2001);

Participação na elaboração de um projecto de formação a pedido do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal de Angola (2003).

Despacho n.º 11 180/2005 (2.ª série). — 1 — Autorizado por despacho de 14 de Dezembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), foi iniciado o procedimento para a selecção de candidato para o provimento do cargo de chefe da Divisão de Bolsas da Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II, publicitado na bolsa de emprego público e no jornal *A Capital* em 27 de Dezembro de 2004.

2 — Apreciado o *curriculum vitae* da única candidata, conforme nota que se publica em anexo, ficou conformada a ideia de que reúne os requisitos legais e o perfil profissional ajustados ao lugar a prover, em consonância com as atribuições e os objectivos da referida unidade orgânica.

3 — Assim, nos termos do artigo 21.º, n.ºs 3, 4 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Anabela Felino Dias Toscano, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, no cargo de chefe da Divisão de Bolsas da Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais II do IPAD.

5 de Abril de 2005. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

ANEXO

Nota relativa aos currículos académico e profissional da licenciada Anabela Felino Dias Toscano

Currículo académico — licenciatura em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusófona de Lisboa.

Currículo profissional:

Chefe de divisão de Bolsas, em regime de substituição no IPAD, desde Novembro de 2004;

Técnica superior de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), do Ministério da Defesa Nacional;

Exerceu no Departamento de Cooperação Técnico-Militar da DGPDN, no período de 1991 a 2004, as seguintes funções:

Responsável pelo planeamento e controlo da componente formação de pessoal em Portugal, no âmbito da execução da política de CTM com os PALOP, bem como acompanhamento e apoio aos bolseiros durante a permanência em Portugal, em articulação permanente com os ramos das Forças Armadas e os adidos de defesa nos PALOP e com o IPAD, designadamente no que respeita aos encargos financeiros desta componente (bolsa e subsídios);

Responsável pela componente cooperação na área da defesa da CPLP, criada por ocasião da alteração dos Estatutos da CPLP durante a reunião do comité de concertação permanente da CPLP, realizada em Abril de 2001, onde desempenhou as seguintes tarefas: planeamento e coordenação das reuniões do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa; apoio à participação nacional nas reuniões (anuais) de ministros da defesa nacional e de chefes de estado-maior-general das Forças Armadas da CPLP; apoio à participação da DGPDN nos exercícios militares da série «Felino», os quais envolvem as FA dos países da CPLP, com vista a actuarem em situações de apoio à paz e ajuda humanitária; participação na criação e desenvolvimento do Centro de Análise Estratégica da CPLP (sede em Maputo e núcleos nacionais nas restantes capitais), tendo sido indicada como *focal point* do Núcleo Nacional de Portugal, em colaboração com os diversos países da CPLP;

Secretária no gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa Nacional (1979-1981).